PARCERIA TRANSPACÍFICA

RIFANDO O FUTURO

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

NO INÍCIO de outubro, um conjunto de doze países, incluindo os Estados Unidos e o Japão, concluiu a primeira parte das negociações dos acordos da Parceria Transpacífica (Trans-Pacific Partnertship – TPP). Embora o Brasil esteja fora destas negociações, no curto prazo, não haverá grandes impactos para o agronegócio brasileiro; afinal, exportamos relativamente pouco para os países signatários. Porém, as consequências mais profundas virão ao longo do tempo, pois teremos maiores dificuldades para acessar novos mercados. Ao não investir em acordos bilaterais, mais do que gerando um prejuízo, hoje, o Brasil está rifando oportunidades futuras.

O QUE É A PARCERIA TRANSPACÍFICA?

A Parceria Transpacífica é um conjunto de acordos comerciais que facilita a compra e a venda de bens e serviços entre doze países, a saber: Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Cingapura, Estados Unidos, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã. Além da redução de tarifas para uma ampla gama de produtos, também merecem destaque, entre as medidas contempladas:

- Criação de padrões comerciais e de investimento (como homogeneização de exigências sanitárias), além de regras que facilitem o intercâmbio de informações e/ou a garantia de propriedade intelectual;

- Estabelecimento de salvaguardas ambientais, como, por exemplo, cláusulas que buscam frear o desmatamento ou a pesca predatória;

- Obrigação das partes em seguir os princípios básicos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os direitos dos trabalhadores, como, por exemplo, a fixação de um salário-mínimo e a regulação do horário de trabalho;

- Limitação de medidas governamentais para favorecimento de empresas estatais.

Outro ponto importante do acordo – e que, infelizmente, recebeu pouca atenção da imprensa brasileira – é a liberação do comércio de serviços. Geralmente, estas atividades não são barradas por meio de tarifas ou cotas, mas por vistos, licenças e outras questões alfandegárias. A TPP prevê uma liberação maior para os fornecedores de serviços (assistência técnica, suporte, consultoria etc.).

QUAIS SÃO OS IMPACTOS SOBRE O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO?

Embora o acordo envolva importantes *players* do agronegócio mundial, como Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, os impactos no curto prazo para os nossos produtores serão bastante limitados, pois:

- Para entrar em vigor, a TPP ainda precisa da aprovação dos Legislativos de todos os países-membros. Como, em todos os acordos comerciais, há ganhadores e perdedores, é natural que haja um longo debate entre os principais grupos de interesse de cada país até que as medidas sejam efetivamente sancionadas;

- Infelizmente, com poucas exceções, como o açúcar, o agronegócio brasileiro exporta relativamente pouco para os mercados dos doze países signatários. Ou seja, as perdas serão limitadas porque já não exportamos muito para estes mercados;

- Ainda assim, para os produtos em que questões tarifárias são as principais barreiras, a redução das tarifas para alguns dos nossos concorrentes deve ser mais do que compensada pela desvalorização da nossa taxa de câmbio. Apenas para ilustrar, mesmo que uma tarifa de 12% seja zerada, a nossa taxa de câmbio já desvalorizou 48% somente neste ano.

Entretanto, apesar dos limitados impactos no curto prazo, o principal prejuízo gerado pela TPP ao agronegócio brasileiro é a maior dificuldade que nossos produtores terão para acessar mercados mais dinâmicos, como os consumidores japoneses e norte-americanos. Ou seja, apesar de pouco afetado no curto prazo, o nosso agronegócio terá maiores dificuldades para acessar novos mercados no futuro.

SE ACORDOS COMERCIAIS SÃO TÃO BONS, POR QUE HÁ TANTA RESISTÊNCIA?

Apesar de todo o barulho feito pela imprensa a respeito da TPP, é importante ter claro que nem todo acordo comercial é um bom negócio, já que terá ganhadores e perdedores. É justamente nesse ponto que, provavelmente, esteja a maior dificuldade de celebrar pactos comerciais mais amplos e profundos. Os ganhadores geralmente são mais difusos e menos organizados, tais como consumidores, exportadores e agentes que somente no futuro aproveitarão as oportunidades que surgirão com os novos mercados. Por outro lado, os perdedores, notadamente os produtores domésticos mais ineficientes, tendem a ser mais estrondosos, até mesmo por uma questão de sobrevivência. Em poucas palavras, enquanto os mais eficientes ganharão apenas no futuro um novo mercado para atuar, os perdedores estarão fora dos mercados que eles já têm.

Enfim, apesar de todas as dificuldades, vamos torcer para que todo o barulho causado pela assinatura desse acordo ajude a convencer a sociedade brasileira dos benefícios de um comércio com mais liberdade e pressionar o Governo a ter uma política comercial mais ativa. ■

PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO POR PRODUTOS, EM 2014

Destino	Café		Destino	Carnes		Destino	Complexo soja		Destino	Sucroalcooleiro		Destino	Milho	
	Valor (US$ bi)	Part.		Valor (US$ bi)	Part.		Valor (US$ bi)	Part.		Valor (US$ bi)	Part.		Valor (US$ bi)	Part.
EUA	1,30	19,5%	Hong Kong	2,63	15,1%	China	17,01	54,2%	China	0,88	8,5%	Irã	0,88	22,6%
Alemanha	1,30	19,4%	Federação Russa	2,44	14,0%	Países Baixos	2,90	9,2%	Emirados Árabes Unidos	0,83	8,0%	Vietnã	0,60	15,5%
Itália	0,55	8,3%	Venezuela	1,35	7,8%	Espanha	1,31	4,2%	EUA	0,67	6,5%	Coreia do Sul	0,35	9,1%
Bélgica	0,55	8,3%	Arábia Saudita	1,24	7,1%	Tailândia	1,23	3,9%	Bangladesh	0,66	6,4%	Taiwan	0,27	6,9%
Japão	0,55	8,2%	Japão	1,12	6,4%	Alemanha	1,12	3,6%	Índia	0,64	6,2%	Egito	0,24	6,2%
Espanha	0,17	2,5%	Países Baixos	0,88	5,0%	França	0,96	3,1%	Argélia	0,64	6,2%	Indonésia	0,24	6,2%
Canadá	0,17	2,5%	Egito	0,74	4,2%	Indonésia	0,72	2,3%	Nigéria	0,63	6,1%	Malásia	0,24	6,1%
Federação Russa	0,15	2,3%	Emirados Árabes Unidos	0,62	3,5%	Coreia do Sul	0,61	1,9%	Egito	0,55	5,3%	Japão	0,23	6,0%
Reino Unido	0,15	2,2%	China	0,52	3,0%	EUA	0,54	1,7%	Federação Russa	0,54	5,2%	Arábia Saudita	0,14	3,5%
França	0,13	1,9%	Reino Unido	0,46	2,7%	Itália	0,43	1,4%	Arábia Saudita	0,43	4,1%	Marrocos	0,13	3,3%
Total	6,66	100%	Total	17,43	100%	Total	31,40	100%	Total	10,37	100%	Total	3,88	100%

Fonte: MAPA